

Plenário inicia debate do projeto de Constituição

BRASÍLIA — Com a antecipação do calendário em três dias, começa a ser discutido hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, o projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização no último sábado, após um acordo parcial das lideranças partidárias, que permitiu acelerar o trabalho na fase das emendas de adequação ao anteprojeto.

Vencida esta primeira etapa, começam a correr novos prazos. O período reservado para emendas ao projeto constitucional se estende até o dia 14 de agosto.

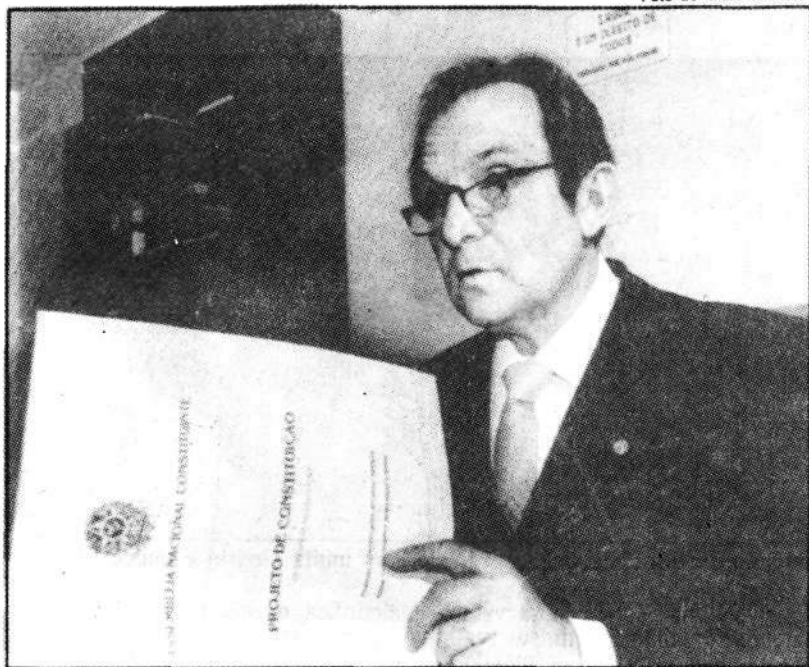
Nesta fase, serão recebidas emendas propostas pelos constituintes e pela população, desde que apresentem suas sugestões endossadas por, no mínimo, 30 mil assinaturas.

O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), acredita que chegará ao plenário constituinte aproximadamente 100 propostas populares. A maioria das entidades representativas da sociedade civil concordou em marcar para o próximo dia 17, a data nacional para a coleta de assinaturas. Cada cidadão pode assinar três propostas constitucionais e as assinaturas só serão válidas se trouxerem ao lado dos nomes dos signatários, o número do título de eleitor.

No dia 20 de setembro, Bernardo Cabral terá de apresentar um novo substitutivo que será discutido e votado até o dia 23 do mesmo mês. Só aí a Constituinte entra na sua fase final. Depois de discutido e votado, o Relator Bernardo Cabral vai apresentar a redação final do projeto que deverá ser promulgado ainda na primeira quinzena de dezembro.

O trabalho do Relator Bernardo Cabral deverá ser diferente do realizado na confecção do primeiro anteprojeto. Ele não pretende formar uma comissão de constituintes para auxiliar no relatório.

— Esta primeira etapa me ensinou muitas lições. Nós sofremos pressões de toda ordem. Portanto, não devo



Bernardo Cabral, desta vez, não quer ajuda para escrever o novo projeto

formalizar um grupo de trabalho, assumindo integralmente a responsabilidade do andamento do projeto.

Segundo o Relator, o próximo substitutivo será mais "enxuto". A tendência é a redução do número de artigos e a ampla negociação, para que a maioria dos preceitos constitucionais seja discutida antes mesmo de cair em plenário. Bernardo Cabral acredita que as questões polêmicas giram em torno de 10 por cento de todo o texto constitucional e ele próprio está se incumbindo da missão de tentar minimizar as divergências entre os grupos que se opõem.

— Eu pretendo promover o consenso, chamando as lideranças para conversar, convocando a sociedade para o debate. Mas não descarto a possibilidade das questões mais polêmicas, como reforma agrária, estabilidade a partir de 90 dias e anistia

com promoção por merecimento, só serem resolvidas no debate do plenário.

Consciente dos amplos poderes que o regimento concede ao Relator nesta fase, onde pode-se até mesmo alterar todo o texto já proposto, Bernardo Cabral antecipa-se em estabelecer um limite para o seu próprio trabalho:

— Nesta fase, o limite é o razoável, que possa permitir a elaboração de uma carta realista, uma carta de equilíbrio.

Ao mesmo tempo, Cabral não esconde o ressentimento pelas críticas recebidas na primeira fase. E alerta:

— Esta etapa agora é a fase da guerra. Passamos pela primeira batalha e vamos agora, para a fase da guerra de verdade.

Líder crê em acordo após a Convenção

BRASÍLIA — Qualquer tentativa de entendimento suprapartidário na Constituinte só começará a tomar corpo depois da Convenção nacional do PMDB. Na opinião do Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, a Convenção vai funcionar como um divisor de águas, separando os peemedebistas que se identificam, de fato, com o Governo, daqueles que, apesar de integrarem o partido da situação, insistem em manter uma atitude oposicionista.

— Definidos os grupos, poderemos então partir para o entendimento na Constituinte que irá coincidir com a formação do bloco suprapartidário de sustentação política do Governo Sarney — definiu Sant'Anna.

Ele especificou as questões pendentes e que, na sua opinião, são fundamentais tanto para uma tomada de posição do Governo como do PMDB, terminada a Convenção:

— O partido terá que decidir, primeiro, se vai atuar na Constituinte e no Congresso nacional como tal ou se cada peemedebista vai trabalhar independentemente. Se vai seguir as questões programáticas, ou não. Se vai tomar posição quanto às situações dogmáticas (sistema de Governo e mandato do Presidente Sarney), ou não. Se é Governo, ou não. Se vai continuar sendo Governo com um discurso oposicionista, ou vai começar a afinar o coro.

Segundo o Deputado, só depois de definidas estas questões pela Convenção é que se poderá ter um quadro claro para o início dos entendimentos que se farão durante o intervalo entre a discussão e emenda do primeiro anteprojeto de Constituição pelo plenário e sua votação na Comissão de Sistematização. afirmou que o PMDB vai ser o fiel da balança neste processo de entendimento.

Líder do PFL e Deputado do PDT trocam insultos e quase se agredem

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), e o Deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ) quase se agrediram ontem, durante a reunião da Comissão de Sistematização, realizada à tarde. O motivo da briga foi a discussão sobre a importância do projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) proibindo a conversão da dívida externa brasileira em capital de risco no País. A interferência de outros parlamentares, que se colocaram entre Lourenço e Lisâneas, impediu que os dois consumassem qualquer agressão.

Na sessão de ontem deveria ser votado o projeto de decisão do Senador Iram Saraiva (PMDB-GO) tornando obrigatória a transmissão, através do rádio e da televisão, das votações nominais realizadas no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Logo no início dos trabalhos, entretanto, o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, pediu, em questão de ordem, que a votação do projeto de Paulo Ramos, aprovado no último sábado, fosse reconsiderada. Os parlamentares passaram então a se revezar na tribuna, atacando ou defendendo a questão de ordem.

O Líder José Lourenço disse que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, deveria indeferir o projeto de decisão de Paulo Ramos. Segundo ele, os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia Nacional Constituinte. — E o projeto em análise não vai sobrestar nem impedir o funcionamento da Constituinte — enfatizou.

Em aparte, Paulo Ramos classificou a matéria como de interesse nacional. E, dirigindo-se a José Lourenço, disse que ele não poderia

compreender isso, já que não é brasileiro nato: nasceu em Portugal. A reação de Lourenço, que xingou Ramos, fez Lisâneas Maciel levantar-se de seu lugar, exigindo do Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL), uma atitude sobre o caso.

— Ele xingou a mãe de Paulo Ramos em alto e bom som — afirmou o Deputado do PDT.

Em seguida, Lisâneas e Lourenço trocaram agressões verbais. Afonso Arinos acionou a campanha do plenário e pediu a restituição da ordem: caso contrário, suspenderia a sessão. Diversos parlamentares se levantaram de seus assentos e se colocaram entre os dois Deputados, para impedir que eles se agredissem fisicamente. O tumulto durou alguns minutos, até que os ânimos esfriassem.

Ainda com a palavra, Paulo Ramos afirmou que denunciaria a atitude de José Lourenço junto à colônia portuguesa do Rio de Janeiro. E insistiu em que o Líder do PFL era contra o projeto por não ter nascido no Brasil.

Lourenço disse que o problema de sua nacionalidade já foi levantado anteriormente, mas a Justiça reconheceu o seu direito de cidadania. "Em face desse direito é que estou aqui", acrescentou. Defendendo o capital de risco, como base do desenvolvimento do País, ele acusou a minoria — numa alusão aos "progressistas" — de não ver nada e disse que essa minoria se inspira "numa Albânia qualquer".

No começo da noite, o Deputado Lisâneas Maciel informou que o Deputado Paulo Ramos vai encaminhar à Mesa da Constituinte uma representação contra o Líder José Lourenço.

— Isto é um desafio. A Assembleia Nacional Constituinte não pode assistir impassível a um tipo de procedimento como este — sentenciou.

Sant'Anna procura anular a decisão

Brasília — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), pediu ontem ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, que considerasse rejeitado o projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), vetando a conversão da dívida externa em capital de risco no País. Segundo Sant'Anna, a matéria é constitucional e deveria ter sido aprovada por pelo menos 47 votos e alcançou 43. Arinos encaminhou o pedido ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para que ele decida a questão.

O projeto foi aprovado por maioria simples, em sessão extraordinária da Comissão de Sistematização, no sábado. Recebeu 43 votos a favor e seis contra. Como a Comissão é composta por 93 constituintes, seriam necessários 47 votos para que o projeto fosse aprovado por maioria absoluta. Sant'Anna contestou também a convocação de sessão extraordinária, no sábado, após a votação do anteprojeto de Constituição, para apreciar o projeto de decisão. Segundo ele, o projeto não poderia ser votado, de acordo com o regimento, nem no sábado, nem no domingo.

Arinos disse não ver qualquer anomalia na convocação da sessão do último sábado, após a votação do anteprojeto de Sistematização. Preferiu, porém, enviar o pedido de reconsideração a Ulysses. Após responder a várias questões de ordem sobre o assunto, Arinos lamentou que, cinco



Arinos quer que Ulysses decida sobre constitucionalidade do projeto de Paulo Ramos

meses após sua instalação, a Constituinte não tenha alimentado ainda discussões sobre o problema constitucional.

Paulo Ramos, inspirando-se no falecido Senador Fábio Lucena, acusou Sant'Anna de estar fazendo uma "conspiração auricular", que não conseguira fazer no sábado por estar ausente dos trabalhos.

— A Constituinte votou de acordo com regimento interno — afirmou Ramos, atribuindo a Sant'Anna a intenção de levar a Constituinte à desmoralização.

O Deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), que presidiu a sessão de sábado, sugeriu que a constitucionalidade do projeto de decisão de Paulo Ramos fosse colocada ao plenário da Sistematização, para que se pronunciasse. "Se ele assim entender, a consequência lógica é anular a

votação feita por maioria simples", afirmou.

O deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ) argumentou que a votação de sábado foi expressiva e esmagadora. O Deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) afirmou que a sessão de ontem foi convocada irregularmente: "Não tem cabimento a tentativa de voltar atrás de uma decisão".

O Senador Afonso Arinos encerrou a sessão, que deveria votar projeto de decisão do Senador Iram Saraiva (PMDB-GO), tornando obrigatória a transmissão, através do rádio e da televisão, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte. Arinos disse que precisava ir ao aeroporto esperar seu filho. O Deputado Aluizio Campos, primeiro Vice-Presidente da Constituinte, tentou convocar outra sessão, para votar o projeto de Saraiva. Porém, não obteve quorum.

Bovespa defende o capital de risco

SÃO PAULO — O Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, criticou ontem a decisão da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte de aprovar projeto de resolução do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíbe a conversão de parte da dívida externa em capital de risco. Na sua opinião, a medida é extremamente inoportuna ainda mais sabendo-se que o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, deve iniciar contatos com os bancos credores nos próximos dias.

— O argumento de que a conversão de dívida em capital de risco poderá gerar desnacionalização do país não tem o menor sentido e os políticos precisam lembrar que a economia brasileira necessita de novos investimentos para se desenvolver e absorver dois milhões de novos trabalhadores por ano — protestou Rocha Azevedo.

Em Brasília, Bresser Pereira não se mostrou desanimado com a decisão da Comissão de Sistematização. A sua expectativa é de que este entendimento não seja definitivo e espera que, em plenário, a proposta de Paulo Ramos não seja considerada.

Embora não se revele disposto a desenvolver um trabalho de convencimento junto aos parlamentares, porque considera a Constituinte soberana, o Ministro da Fazenda não gostaria de ver proibida a conversão da dívida. A opinião de seus assessores é de que ele a acha interessante e que pretende levá-la aos bancos credores.

A proposta do Ministro é de que, preferencialmente, sejam convertidos os juros da dívida brasileira. Bresser Pereira já tem, inclusive, sua própria estimativa: o País suportaria uma conversão anual de entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões.

'Moderados' insistem em mudar Regimento Interno

BRASÍLIA — Os "moderados" estão se articulando para apresentar em Plenário projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Constituinte, permitindo a apresentação de substitutivo ao projeto do Relator Bernardo Cabral quando ele retornar à Comissão de Sistematização. A primeira tentativa do grupo, articulada na semana passada pelos deputados Expedito Machado (PMDB-CE) e Afif Domingos (PL-SP), falhou porque o prazo era muito curto para reunir os 280 votos necessários à aprovação do projeto de resolução.

Daquela vez, os constituintes do grupo "moderado" desejavam alterar as normas internas para permitir o acolhimento, pelo Relator Bernardo Cabral, das emendas de mérito ao anteprojeto. Pelo Regimento, nesta primeira fase, só poderiam ser aceitas as emendas de adequação ao texto. Por um acordo de liderança, o anteprojeto de Cabral foi aprovado sem o exame das emendas apresentadas e aproveitadas pelo Relator e seguiu para o Plenário onde será discutido e emendado pela primeira vez a partir da próxima semana.

A iniciativa de Machado, um dos líderes do chamado "Centro Democrático" do PMDB, desagradou o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que, ao mesmo tempo, iniciava as articulações para viabilizar a apresentação de emendas substitutivas ao texto. As arestas foram aparadas e os dois estão juntos novamente neste trabalho de reunir os 280 constituintes favoráveis à mu-

dança. Desta vez, Sant'Anna estará à frente das negociações.

O Deputado Prisco Vianna (PMDB-BA) havia apresentado duas emendas substitutivas aos capítulos do Poder Executivo e Legislativo, na primeira fase, que foram arquivadas pelo Relator. Agora, ele se prepara para reapresentar as duas emendas. De acordo com a sua proposta, o sistema de Governo continua sendo presidencialista, com o Presidente da República na condição de Chefe de Estado, de Governo e Comandante Supremo das Forças Armadas. O Legislativo recobra suas prerrogativas e se torna um Poder forte, com a responsabilidade de fiscalizar os atos do Executivo e, em muitas situações, de coibir este Poder quando julgar que há abusos em suas ações.

As emendas de Prisco atendem à forma de Governo defendida pelo Presidente José Sarney. Na última quinta-feira, Sarney conversou com o Relator da Comissão de Organização dos Poderes, Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), sobre o sistema parlamentarista proposta por ele e sobre o que está previsto no anteprojeto aprovado pela comissão de Sistematização. De acordo com Egidio, Sarney ouviu atentamente suas explicações, mas nada disse. Egidio argumentou que seria mais fácil garantir um mandato de cinco anos para o atual Governo sob um sistema parlamentarista. E mais, que Sarney seria, pelas disposições transitórias, considerado o implantador e o consolidador do novo sistema. Mas o Presidente permaneceu calado.